

TERCEIRO SETOR E RESPONSABILIDADE SOCIAL

THIRD SECTOR AND SOCIAL RESPONSIBILITY

Roberta Silva BOAVENTURA¹

Anna Paula MACIEIRA²

Elaine Maria de OLIVEIRA²

Eunice Bianchini SAVERIO²

Manuela Soares SAVERIO²

Rômulo Benedito Ferreira ALCANTARA²

RESUMO: O presente artigo visa conceituar, parcialmente, o primeiro e o segundo setor e, de forma abrangente, o terceiro setor e a responsabilidade social. O terceiro setor originou-se a partir da crise capitalista mundial, com o objetivo de reestruturar o capital. No Brasil, entretanto, o seu intuito está voltado para a solidariedade. Quando seu único objetivo é investir em si mesmo e não em seus projetos, o terceiro setor gera algumas desvantagens. A responsabilidade social, apesar de seus aspectos negativos relacionados ao marketing, traz em sua característica a inclusão social, a eliminação de preconceitos, as mudanças sociais e o desenvolvimento sustentável; para que desta forma exista mais qualidade de vida para as pessoas inseridas na sociedade. Apresenta-se, ainda, um relato sobre o funcionamento de uma cooperativa de trabalho médico, na qual são desenvolvidos vários projetos sociais que oferecem melhor qualidade de vida aos seus colaboradores e à comunidade.

UNITERMOS: terceiro setor; responsabilidade social; qualidade de vida.

1 Mestre em Educação pela UNOESTE-Presidente Prudente, Professora do Curso de Graduação em Serviço Social da UNIMAR. Orientadora do presente trabalho.

2 Discentes do 7º termo do Curso de Serviço Social da Universidade de Marília - UNIMAR.

ABSTRACT: The present article aims at giving partial concept to the first and second sector, and in an extensive way to the third sector and social responsibility. The third sector came with the world capitalist's crisis, aiming at capital's reconstruction. On the other hand, in Brazil third sector's goal was solidarity. When its only goal is to invest in itself and not on its own projects, third sector generates some shortcoming. Despite its negative aspects regarding marketing the social responsibility brings in its nature, social inclusion, prejudice elimination, sustainable development and social changes. So there can be more life quality for the people included in the society. This paper also shows a report about a medical cooperative work functioning, where several social projects are developed offering their community and sponsors more life quality
UNITERMS: third sector; social responsibility; life quality.

Introdução

Nas manifestações de ações assistenciais, eclodiram organizações que se apresentaram comprometidas para que essas ações não fossem apenas assistenciais, mas também que fortalecessem a cidadania. Nesse sentido, a sociedade empresarial começou a legitimar sua atuação em busca de fortalecimento no terceiro setor.

Num período em que o capitalismo assume uma proporção global, os processos de centralização do capital adquiriram força extrema e as ações desenvolvidas pelo terceiro setor tornaram-se mais expressivas.

Esse processo de desenvolvimento acelerado e de superacumulação resultou no agravamento de diversos problemas sociais, principalmente no aumento do desemprego, colocando uma grande parcela da população em situação de exclusão social. Seguindo a lógica neoliberal que maximiza os lucros, o Estado, apoiando a acumulação, começou a minimizar a sua atuação.

Nesta realidade, a articulação entre interesses públicos e interesses privados torna-se mais forte, ampliando, desta forma, a atuação do terceiro setor, marcada por práticas de filantropia que englobam a ideia de cidadania. Trata-se de um viés de ações que tangencia o social e é desenvolvido por representações de diversas áreas profissionais.

Este é um processo por meio do qual o Estado vem transferindo competências para a atuação de empresas em diversas áreas como educação, saúde, meio ambiente, entre tantas outras. Tais ações são concretizadas pelas empresas com finalidades estritamente sociais, sem que os interesses empresariais sejam prevalecentes.

Cada vez mais as pessoas, em diversos países, têm preferido comprar produtos de empresas que demonstram comprometimento com atuações sociais, demonstrando mais uma estratégia de acumulação e não de sentimento altruísta.

1. Terceiro setor: história / definição / vantagens / desvantagens

Atualmente, grande parcela da sociedade tem conhecimento da existência de organizações que prestam assistência em vários setores, especialmente na promoção humana. Sabe-se, também, que estas entidades não possuem fins lucrativos. A essas organizações dá-se o nome de 3º Setor (Terceiro Setor).

O primeiro setor corresponde ao *Governo* (municipal, estadual, federal), que é responsável pelas questões sociais e pela aplicação do dinheiro público em ações para a sociedade.

O segundo setor é o *privado*, responsável pelas questões individuais. Este setor investe o dinheiro privado nas suas próprias atividades.

Com a falência do Estado, o setor privado começou a ajudar nas questões sociais, mediante inúmeras instituições que compõem o chamado Terceiro Setor.

O Terceiro Setor é constituído, portanto, por organizações sem fins lucrativos e não governamentais (ONGS) que têm como objetivo gerar serviços de caráter público.

Ressalta-se que nem toda entidade beneficente ajuda prestando serviços a pessoas diretamente. Uma organização não governamental (ONG), por exemplo, que defenda os direitos da mulher, fazendo pressão sobre nossos deputados, está ajudando indiretamente todas as mulheres.

1.1 História

França Filho (2002, p. 10) comenta que: “O termo terceiro setor, por exemplo, é herdeiro de uma tradição anglo-saxônica, particularmente impregnada pela ideia de filantropia. Essa abordagem identifica o terceiro setor ao universo das organizações sem fins lucrativos (*non-profit organizations*)”.

De acordo com Montaño (2002), nos EUA, o Terceiro Setor foi organizado por John Rockefeller III, há aproximadamente 20 anos, influenciado pela crise e reestruturação do capital que ocorreu no mundo, proporcionando a estabilização no século XX. O neoliberalismo trouxe a transformação de ideias e valores em toda a sociedade, aumentando a preocupação com a ética, a moral, o meio ambiente e a autoestima, conferindo, assim, maior força e motivo de ação às instituições que interagem com o 3º Setor.

No Brasil, as primeiras manifestações solidárias surgiram em 1543, com o objetivo pioneiro de atender os desprotegidos, ideia esta que se estendeu por todo o Brasil e culminou com a fundação de diversas entidades como a Santa Casa de Misericórdia, amparadas pela igreja católica.

Desde aquela época de ditadura militar até o presente, muitas transformações e evoluções fortaleceram o Terceiro Setor, pois, naqueles tempos, a participação política foi decisiva para o crescimento e a criação dessas associações, que se utilizavam do pretexto de justiça social para conquistar e se fortalecer diante do povo.

Em 1980, as ONGs chegam ao Brasil e, na década de 90, o projeto Ação da Cidadania, iniciado por Betinho, “Contra a Fome, a Miséria e pela Vida”, lançado em 1993, mostrou ao país e ao mundo que existiam 32 milhões de brasileiros vivendo em estado de miséria.

1.2 As Instituições que financiam o Terceiro Setor

No Brasil, o financiamento ocorre mediante subvenções estatais, doações da sociedade civil, pessoas jurídicas e eventos promo-

cionais elaborados e executados pelas entidades que oferecem os serviços.

Devido à inflação, ao sequestro de dinheiro e aos congelamentos, a maioria das Fundações não têm fundos, vive de doações anuais das empresas que as constituíram e, em épocas de recessão estas doações minguam, justamente quando os problemas sociais aumentam. A Fundação Bradesco é um dos raros exemplos de Fundação com fundos.

1.3 Elite filantrópica

Em alguns países, é grande a quantidade de bilionários que contribuem com doações para as Instituições, ao passo que, no Brasil, os maiores doadores são pessoas da classe média e até mesmo os considerados pobres, e os milionários perfazem a minoria. Desse modo, as Instituições brasileiras dependem da solidariedade da sociedade como um todo.

A responsabilidade Social, no fundo, é sempre do indivíduo, nunca de uma empresa jurídica, nem de um Estado impessoal. Mesmo conscientes disso, vivemos reclamando que os “outros” não resolvem os problemas sociais do Brasil. O que pode melhorar ainda mais o voluntariado é a mídia, que hoje já divulga alguns trabalhos desenvolvidos pelo Terceiro Setor, como por exemplo: o programa Ação (Rede Globo), Ressoar (Rede Record) e os programas anuais que visam conscientizar o povo a colaborar como: Criança Esperança, Teleton etc.

A colaboração não se restringe aos recursos financeiros, atualmente, muitos voluntários já dedicam parte de seu tempo, ajudando alguma entidade. Só assim, com a participação de todos, caminharemos para uma sociedade mais justa.

1.4 Vantagens e desvantagens

A concessão, caso a caso, de títulos jurídicos especiais a entidades do Terceiro Setor parece atender a pelo menos três propósitos:

- Diferenciar a entidade qualificada, da entidade comum;
- Padronizar o tratamento normativo de entidades que apresentem características comuns relevantes;
- Estabelecer mecanismos de controle das atividades nas entidades qualificadas; já que o título funciona como um instrumento que admite não apenas concessão, mas também suspensão e cancelamento.

Sem dúvida, as entidades que recebem o título são vistas como entidades certificadas, que possuem uma qualidade jurídica específica, o que usualmente lhes garante um regime de benefícios e apoios especiais, previstos na lei apenas para as entidades qualificadas.

Neste regime, não há direito adquirido ao título, ou às vantagens a ele associadas, pois as entidades que se desviam de suas missões podem ser penalizadas com a cassação ou a suspensão do título.

Existem, contudo, algumas desvantagens que podem ser associadas ao mecanismo de concessão de títulos, tais como a possibilidade de certificação indevida. A concessão graciosa e indevida do título pode revelar tanto uma frouxidão dos critérios utilizados para reconhecimento do título pela autoridade competente. quanto uma hipótese de clara fraude e violação intencional do modelo legal.

Outra desvantagem da técnica se refere ao risco da padronização excessiva de vantagens e obrigações legais para entidades distintas. Mais uma desvantagem da técnica de concessão de títulos diz respeito à margem de insegurança jurídica. Neste caso, a manutenção do título está condicionada geralmente ao cumprimento contínuo de certas exigências, esse problema ou risco é considerado maior quando há ausência de uma previsão normativa clara sobre o modo de processamento do controle administrativo exigido.

Quando faltam normas que assegurem às entidades garantias contra o exercício abusivo da prerrogativa de controle pela autoridade, algumas dessas desvantagens e perversões são encontradas exemplarmente realizadas pelo título de “utilidade pública”.

Infelizmente, muitas entidades sem fins lucrativos são, na realidade, lucrativas ou atendem os interesses dos próprios usuários. Um clube esportivo, por exemplo, é sem fins lucrativos, mas beneficia somente os seus respectivos sócios. Muitas escolas, universidades e hospitais eram no passado, sem fins lucrativos, somente no nome.

2. A trajetória da responsabilidade social no Brasil

O desenvolvimento econômico e seus avanços trouxeram a necessidade de se reequilibrar a sociedade para os desafios sociais causados por este próprio crescimento. No Brasil, as ações sociais e as discussões sobre responsabilidade vêm aumentando.

O novo cenário brasileiro, apesar de extinta a ditadura, enfrenta diversos fatores que estão inseridos na atual estrutura social que fere os direitos dos cidadãos. Entre alguns exemplos, destaca-se: a má distribuição de renda, as desigualdades sociais, o precário sistema de saúde e os altos índices de analfabetismo.

Nos anos 80, devido à transição democrática, vários grupos começaram a defender as minorias. Com esses grupos nascia o Terceiro Setor, ou seja, um conjunto de iniciativas privadas de caráter público, sem fins lucrativos e sem discursos partidários.

Enquanto o Terceiro Setor crescia, o Estado enfrentava problemas econômicos e o empresariado começava a entender seu papel social; iniciava-se, assim, a política de responsabilidade social dentro da empresa, na qual, por meio das parcerias, começava-se o desenvolvimento social em várias áreas como: educação, saúde, ecologia e preservação.

Na década de 90, o Estado, o mercado e o Terceiro Setor perceberam que nenhum setor tinha estrutura suficiente para enfrentar os problemas sociais, pois, à medida que eram criados espaços para desenvolver as ações sociais, via-se a necessidade de um novo tipo de relação entre os setores.

Atualmente, o Governo estabeleceu fortes bases sociais e um movimento engajado na participação da sociedade, pois, como sabemos, não há política social sem a participação da sociedade.

Um resgate da história permite-nos perceber que os três setores já conseguiram se desenvolver, mas é fundamental avançar cada vez mais e aumentar a articulação entre os setores, para que consigam, de forma consciente e ética, concretizar as transformações. É necessário sair dos discursos e partir para a ação, e isso só pode acontecer por meio da responsabilidade, da credibilidade, da expansão de parcerias e dos trabalhos de mobilização social, em que os setores, juntos e articulados, conseguirão melhorias e um patamar social mais justo e amplo para toda sociedade.

2.1 Definição de responsabilidade social

A responsabilidade social ou empreendedorismo social é uma estratégia ou uma tendência que se vem manifestando no meio empresarial, em que as empresas buscam qualificar-se por meio do trabalho voluntário de seus empregados e da população do local onde a empresa está inserida. Configura-se, portanto, mediante ações ou estratégias que visam à implementação de relações entre a empresa, seus funcionários e a comunidade, investindo recursos próprios para a autossustentabilidade da população local.

De acordo com alguns textos e pesquisas, a responsabilidade social tem o objetivo e o compromisso de:

- ser transparente em suas relações e com seus diversos públicos, de forma ética e responsável;
- não visar apenas a conceitos éticos, mas sim a um conjunto de valores que proporcionam a sustentabilidade para a empresa;
- ter uma postura empresarial ética, que, usada de forma correta, traga resultados positivos, os quais são medidos por meio do rendimento dos funcionários e dos lucros;
- ser usada para melhoria de relacionamentos, gerando um envolvimento maior com seu público, ou seja, clientes, fornecedores e distribuidores;

- ser justificada por intermédio dos ganhos institucionais, como, por exemplo, o título de empresa-cidadã;
- valorizar as ações da empresa, pois, de acordo com pesquisas, 70% do valor das ações de uma empresa no mercado depende de seus lucros e os outros 30% de sua reputação;
- estimular os recursos humanos para que, dessa forma, sejam descobertos novos talentos e haja aumento da produtividade;
- ser uma estratégia para proporcionar status aos produtos e serviços da empresa, pois, além dos produtos serem de qualidade, a vendagem é maior quando eles são considerados “socialmente corretos”;
- ajudar a empresa a se integrar e se manter na comunidade, levando a empresa a tornar-se o agente de desenvolvimento dentro da comunidade, junto com o Estado e outras entidades;
- desenvolver ações que tornem seus colaboradores conscientes da importância de se preservar o meio ambiente e formar criticamente estes colaboradores para servirem de difusores de valores e práticas ambientais.

Em suma, a responsabilidade social é vista como a efetivadora da inclusão social no país, pois, ao mesmo tempo em que cria um marketing excelente para a empresa, também capacita os funcionários e colaboradores, integrando-se à comunidade local para que, dessa forma, seja possível criar um ambiente sustentável e mais integrado.

2.2 Vantagens e desvantagens da responsabilidade social

A articulação entre a empresa e o Terceiro Setor representa um viés que direciona as atuações para a área social e ainda mobiliza a ação de profissionais em várias áreas de atuação. As participações populares no desenvolvimento de ações em conjunto com a

mobilização empresarial representam a política de responsabilidade social.

Segundo Simões (2007), as atividades desenvolvidas pelo setor empresarial, voltadas para os programas sociais, ficaram conhecidas como responsabilidade social ou de empreendedor social. Tais atividades são geridas, muitas vezes, pelos próprios funcionários, em benefício da comunidade ao seu redor. Desse modo, a empresa representa, para a sociedade, a imagem de “empresa cidadã”, uma espécie de selo de qualidade, ou seja, a manifestação de um trabalho ético.

A responsabilidade social das empresas caracteriza-se por ser formada por ações e estratégias que podem ocorrer em diferentes áreas: educação e cultura, saúde e prevenção, preservação, entre outras; que se direcionam aos seus consumidores usando de recursos próprios para beneficiar a população local. Trata-se, portanto, de uma maneira de promover o desenvolvimento social, conciliando os interesses próprios empresariais e também de outras partes envolvidas como funcionários, governo e comunidade.

A empresa passa a ser parceira do Estado para o desenvolvimento de seus programas sociais, um conjunto de ações privadas de caráter público que buscam o desenvolvimento da sociedade com vistas à redução das desigualdades e à ampliação dos processos de participação. Assim, ao promover benefícios para a população, a empresa socialmente responsável adquire um diferencial na escolha dos consumidores, fortalecendo, desta forma, a sua marca no mercado.

À vista do exposto, Simões comenta que:

A responsabilidade social apresenta, assim, dois vieses: de um lado, propicia a qualificação social das empresas, face ao acirramento da competição global; de outro, um meio de redução de custos sociais do sistema. No entanto, não se pode generalizar essa tendência para o conjunto das empresas participantes. (SIMÕES, 2007, p. 425)

O compromisso assumido para o estabelecimento de atividades sociais no Brasil encontra-se articulado a uma realidade muito com-

plexa, cujo desenvolvimento não deve apenas objetivar a imagem cidadã da empresa ou mesmo minimizar a atuação do Estado – proposta neoliberal –, mas conciliar a presença governamental para que as ações não representem apenas atos filantrópicos, mas caracterizem atividades duradouras comprometidas com o desenvolvimento social dos países.

3. Programa de responsabilidade social na UNIMED de Assis: perspectiva de um Terceiro Setor

3.1 Histórico da Unimed

Em dezembro de 1967, em Santos (SP), foi fundada a primeira cooperativa de trabalho médico do sistema Unimed, cujos pioneiros foram 30 médicos que tiveram a ousadia incrível de enfrentar um período de plena ditadura e instituir o cooperativismo do trabalho médico, com base em um modelo de gestão em que os próprios médicos administravam os seus serviços prestados.

Com o sucesso absoluto do sistema Unimed, logo surgiram outras cooperativas pelo país.

A Unimed, atualmente, é a maior operadora de saúde da América Latina, e está presente em todo o território nacional, dividindo suas operações máximas entre a Aliança Cooperativa Nacional Unimed e a Unimed Brasil.

A Unimed de Assis foi fundada em 28 de fevereiro de 1985 e segue os mesmos padrões da Unimed do Brasil e da Aliança Nacional. Atualmente, conta com 203 médicos cooperados em, aproximadamente, 40 especialidades.

Antes de adotar o sistema de Responsabilidade Social, a Unimed de Assis precisou reorganizar-se e definir sua missão, baseada em promover o bem-estar dos consumidores, enquadrando-se nos princípios cooperativistas, cuja visão estava direcionada para a excelência na promoção e assistência à saúde, além de seus valores que garantem o comprometimento, a dignidade e a qualidade de vida.

3.2 A responsabilidade social cooperativista

A responsabilidade social corporativista está de acordo com os anseios da Unimed de Assis, pois a cooperativa tem como objetivo oferecer aos seus colaboradores e à comunidade mais qualidade de vida na sociedade em que está inserida.

Desta forma, a Unimed de Assis desenvolve projetos pautados na relação ética e na transparência da empresa com todos os públicos com os quais se relaciona. Sendo assim, a seguir serão apresentados os referidos projetos, acompanhados por um breve comentário a respeito das ações desenvolvidas pela Unimed de Assis para que ocorra o processo de inclusão social, a quebra de paradigmas, a minimização de preconceitos; visando, assim, possibilitar transformações sociais.

Ação e Saúde: o objetivo deste projeto é fornecer informações sobre doenças e suas formas de prevenção. É realizado em datas comemorativas e conta com atividades como: aferição de pressão arterial, teste de glicemia, saúde bucal, prevenção de câncer de mama e próstata, entre outras.

Baixa Tensão: este projeto visa realizar atividades e exames para todo o público hipertenso, evitando, assim, complicações na sua saúde e ensinando o paciente a conviver com a sua patologia. Para atingir o maior número de pessoas as atividades são realizadas em horários alternados.

Doce Vida: projeto destinado a evitar complicações e a ensinar as pessoas que convivem com a diabete a lidar com a sua patologia. São propostas palestras e cursos teórico-práticos por meio dos quais o paciente aprende a conviver com a sua patologia de uma forma mais saudável. Todo o processo deste projeto é avaliado a longo prazo.

Félix: projeto que propõe a inclusão digital de crianças e adolescentes de 8 a 16 anos de idade, capacitando-os para enfrentar o mercado de trabalho. O trabalho ocorre em salas de informática e

tem como principal objetivo a inclusão digital e o desenvolvimento social.

Gente Fina: o objetivo deste processo é conscientizar crianças e adolescentes sobre a importância de uma boa alimentação e as formas de prevenção da obesidade. Este projeto tem como parceiros os alunos do curso de Nutrição da UNIP (Universidade Paulista) – campus de Assis.

Ginástica Laboral: projeto que visa à integração de todos os colaboradores da cooperativa e à prevenção de doenças decorrentes de esforços repetitivos. A prevenção é feita por meio da ginástica laboral, realizada todas as terças e quintas feiras, por 15 minutos.

Lance Livre: projeto cujo objetivo é iniciar meninas de 7 a 14 anos no basquete, para incentivar a socialização, a prática do esporte e a formação de boas cidadãs. Neste projeto, além conhecer os fundamentos do jogo e praticar o esporte, são oferecidos uniformes e material esportivo, e também são desenvolvidas palestras educativas sobre sexualidade, prevenções, higiene, alimentação, cidadania e demais temas relacionados.

Mamãe Unimed: este projeto visa preparar as futuras mães para uma nova fase de suas vidas, prestando orientações, respondendo as principais dúvidas inerentes à maternidade. Para o sucesso deste projeto conta-se com a colaboração de enfermeiros, assistentes sociais, fonoaudiólogos, nutróloga, fisioterapeuta.

Melhor Idade: o objetivo deste projeto é proporcionar uma qualidade de vida mais elevada aos que possuem idade acima de 60 anos. Neste projeto há participação de uma equipe multiprofissional que desenvolve atividades direcionadas ao laboratório de memória, propõe exercícios físicos e presta orientações. Tais atividades são realizadas na Casa dos Médicos / Assis, duas vezes na semana.

Prevenção da Gravidez na Adolescência: este projeto visa diminuir o número de gestantes adolescentes no município de Assis. Nesse sentido, desenvolve atividades de teatro e gincanas, durante as quais são transmitidas algumas informações sobre doenças sexualmente transmissíveis. Estas ações são desenvolvidas em escolas públicas de Assis.

Viva Vôlei: este projeto é de autoridade da confederação Brasileira de Voleibol – CBV, e tem a chancela da UNESCO. Neste projeto o papel da Unimed é de patrocinadora. O objetivo deste projeto é, por meio do incentivo ao esporte, promover a diminuição da evasão escolar, visto que só pode participar quem estiver matriculado e frequentando as aulas regularmente.

Os projetos descritos anteriormente atendem à Política Nacional de Responsabilidade Social Unimed, contribuindo para uma sociedade mais ética, justa, fraterna e comprometida com o desenvolvimento sustentável. Sendo assim, a Unimed de Assis atua na construção de projetos que viabilizam à comunidade melhor qualidade de vida na sociedade em que está inserida.

Considerações Finais

A parceria entre Estado e empresas que desempenham ações sociais apresenta-se como uma forma de descentralização das atribuições do Estado e de concentração de renda para as empresas sobre a postura de empresa socialmente responsável.

No que se refere à atuação do Terceiro Setor, é óbvio que, no desenvolvimento de suas ações, se constroem atuações que contribuem para a diminuição da pobreza, a diminuição do trabalho infantil, a preservação do meio ambiente, ou seja, para a melhoria das áreas que estejam comprometidas.

No exercício da responsabilidade social, o que se evidencia é a diminuição do agravamento social mediante suas ações. A sua erradicação, porém, é improvável, devido a pelo menos dois fatores: em primeiro lugar, os reflexos de neoliberalismo que permeiam essas ações; em segundo, o nível mínimo de intervenção estatal.

Ressalta, ainda, que a atuação do Terceiro Setor fica comprometida se realizada isoladamente, pois, para que sua atuação almeje a promoção do desenvolvimento humano, deve-se articular com a atuação do Estado, desde a formulação execução e controle, visando, assim, interesses de elevação de qualidade de vida e não somente

a imagem de empresa cidadã, cujo objetivo maior é a acumulação capitalista.

REFERÊNCIAS

FERNANDES, R. C. *Privado, porém público: o terceiro setor na América Latina*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

FRANÇA FILHO, G. C. de. Terceiro Setor, economia social, Economia Solidária e Economia Popular: traçando fronteiras conceituais. *Bahia Análise & Dados*, v. 12, n. 1, p. 9-19, jun. 2002.

KANITZ, S. O poder do Terceiro Setor. Disponível em: <www.filantropia.org>. Acesso em: 28 fev. 2009

MACIEIRA, F. H. *A responsabilidade social no sistema de saúde Unimed Assis*. 2007. 56 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) – Fundação Educacional do Município de Assis, Assis, 2007.

MORAES, N. R. et al. A empresa e o terceiro setor. *Serviço Social & Realidade*, Franca, v. 12, n. 2, p. 145-152, 2003.

MONTAÑO, C. *Terceiro Setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo: Cortez, 2002.

SIMÕES, C. *Curso de direito do serviço social*. São Paulo: Cortez, 2007.

UNIMED de Assis. *Responsabilidade Social*. Disponível em: <<http://www.unimed-assis.com.br>>. Acesso em: 03 mar. 2009

